

Análise do perfil epidemiológico da violência doméstica contra mulheres no estado de Sergipe

Hugo Nilo A. Pinheiro¹; Andrews O. D. de Andrade²; Kamilla de O. e S. S. Barbosa³; Pedro Henrique P. de Carvalho⁴; Carlos T. L. Filho⁵

¹ Acadêmico de medicina da Universidade Federal de Sergipe, Rua Braulio Costa, 795, Cond Joaquim Ferreira, casa 4, Atalaia, Aracaju/SE, cep. 49037-090. ² Acadêmico de medicina da Universidade Federal de Sergipe, Rua Matilde silva lima, n 421, cond. Praias do caribe, ed. Grenada, ap. 304, bairro Luzia, Aracaju/SE, cep. 49045080. ³ Acadêmica de medicina da Universidade Federal de Sergipe, Rua Jordão de Oliveira, 211, casa 2, Atalaia, Aracaju, SE, cep.49037330. ⁴ Acadêmico de medicina da Universidade Federal de Sergipe, avenida Adélia Franco,3720, edifício Elba Ap. 502, CEP 49048010, bairro Luzia, Aracaju, SE, Brasil. ⁵ Acadêmico de medicina da Universidade Federal de Sergipe, avenida Deputado Sílvio Teixeira, 1283, bloco A, ap.1101, CEP 49025100, bairro Jardins, Aracaju, SE, Brasil.

A violência doméstica contra mulheres é reflexo do conflito de gêneros da sociedade. Devido, principalmente, ao seu impacto na saúde da mulher e a sua alta incidência em países dos trópicos, o seu estudo é sempre atual e merece destaque. O objetivo do trabalho foi fazer um estudo descritivo, transversal do perfil da violência doméstica contra mulheres sergipanas que procuraram atendimento em serviços de saúde, através de dados do sistema de informação de agravos de notificação (Sinan Net) do Ministério da Saúde/SVS, do período de 2014 à 2015, do estado de Sergipe. Durante o período, foram observados 635 casos de violência contra mulheres, sendo 370 vítimas de violência física, 166 de violência psicomoral e 205 de violência sexual. A faixa etária de maior frequência foi de 20 à 29 anos. As mulheres pardas foram as que mais sofreram violência (33, 5%). Ocorreram 346 altas, 25 evasões e 1 óbito. Os dados apontam para uma realidade de violência doméstica significativa no estado de Sergipe, que gera elevados custos ao sistema de saúde, mesmo com todas as políticas de proteção à mulher, vigentes em nosso país, como a lei 11.340/2006, batizada como lei Maria da Penha, que cria mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher. De acordo com a literatura vigente, são abordados e comparados os aspectos epidemiológicos do estudo em questão, que aponta a necessidade de novos mecanismos de proteção à mulher e serve para legitimar seu impacto social, cultural e econômico no estado de Sergipe e Brasil.

Palavras-chave: violência doméstica, mulher, gênero